

Governo eleito ganha fôlego para aprovar regra fiscal



O presidente da Câmara, Arthur Lira, fala ao celular com o ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira, durante a votação da PEC. Adriano Machado/O Antagonista

Congresso promulga PEC, e Lula ganha fôlego para negociar nova âncora fiscal

Texto viabiliza Bolsa Família de R\$ 600 e facilita caminho para futuro governo rever teto de gastos

César Feitoza, João Gabriel e Thiago Resende

BRASÍLIA O Congresso Nacional concluiu nesta quarta-feira (21) a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastança, que expande o teto de gastos por um ano para o cumprimento de promessas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Além de aliviar a pressão sobre o Orçamento, o texto facilita o caminho para Lula rever o teto de gastos, criticado por ele e pelo PT.

Um dispositivo permite que o novo governo lance um novo arcabouço fiscal por meio de projeto de lei complementar, cuja aprovação é mais simples —precisa de menos votos que uma PEC (como foi aprovado o teto de gastos).

A PEC da Gastança amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões no próximo ano. O texto ainda autoriza R\$ 23 bilhões em investimentos fora da regra fiscal —o valor se refere ao excesso de arrecadação que o governo teve no ano anterior.

Com o espaço no teto, o governo eleito pretende pagar os R\$ 600 da Bolsa Família mais R\$ 150 para cada família com crianças de até seis anos.

A votação da PEC na Câmara começou na terça-feira (20), após acerto entre deputados e aliados de Lula, com a votação em primeiro turno. Nesta quarta-feira, foi feito o segundo turno, e a proposta foi aprovada por 331 a 163. Eram necessários, no mínimo, 308 votos favoráveis. Nenhum destaque (sugestão de mudança pontual no texto) foi aprovado.

O texto teve de ser reanalisado ainda nesta quarta pelo Senado, já que ele foi alterado pelos deputados —foi desidratado, com a validade reduzida de dois anos para um. Lá, ele foi aprovado novamente, agora por 66 votos a 11 no primeiro turno e 63 a 11 no segundo —eram necessários 49. Ainda foi derrubado um destaque que pretendia alterar a redistribuição de emendas de relator —que foram declaradas inconstitu-

cionais pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na segunda-feira (19). Logo após a sessão do Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convocou o Congresso para promulgar a proposta, o que aconteceu ainda na noite desta quarta —assim, o Orçamento será debatido nesta quinta-feira (21) já com o texto da PEC publicado no Diário Oficial. Não estavam presentes o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ou representantes da equipe de transição de governo.

A conclusão da PEC foi viabilizada após Lira conseguir um acordo com o Republicano para evitar uma nova desidratação do texto.

Um destaque apresentado pelo Novo buscava retirar a possibilidade de o governo eleito apresentar, até o fim de agosto de 2023, uma proposta de nova âncora fiscal que substituisse o teto de gastos por um projeto de lei complementar.

Partidos como PSDB e Cidadania, que haviam apoiado a PEC, foram favoráveis ao destaque. O argumento central é que o dispositivo fragiliza o processo de escolha de âncoras fiscais e facilita para o futuro governo petista se desfazer do teto de gastos.

Para evitar o revés, Lira suspendeu a sessão da Câmara na terça-feira após a votação do texto em primeiro turno e iniciou uma negociação para que o Republicano, contrário à PEC no primeiro turno, não apoiasse o destaque.

Auxiliares de Lula então retomaram a articulação como partido. O presidente do Republicano, deputado Marcos Pereira (SP), foi procurado pelo deputado José Guimarães (PT-CE), pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) e pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O partido reclamou da falta de diálogo com representantes do presidente eleito, que negocia espaço no novo governo com outros siglas. O plano é ampliar a articulação com o Republicano, deixando a porta aberta para que, no futuro, a legenda possa

O ponto a ponto da PEC

Como o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), pretende repartir os recursos:



Distribuição das emendas de relator em 2023

O valor inicial, de R\$ 19,4 bilhões, será dividido em:



Fonte: Congresso Nacional

deixar de ser independente e passar a ser base de Lula. Na votação, 40 parlamentares da sigla foram contra o destaque do Novo, que acabou derrubado por 366 a 130. Portanto, foi mantido o dispositivo que prevê que o Executivo irá enviar uma nova proposta de regra fiscal até 31 de agosto de 2023. Quando aprovada essa nova regra (por projeto de lei complementar), será revogado da Constituição o teto atual.

Haddad afirmou nesta quarta, após a aprovação da PEC da Gastança, que pretende enviar ao Congresso uma proposta de novo arcabouço fiscal "boa, consistente e viável" no primeiro semestre de 2023.

A leitura feita pela equipe de Lula é que a inclusão do instrumento reforçaria o compromisso do novo governo com a reformulação do arcabouço fiscal.

O relator do Orçamento de

2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), ainda deve recompor programas como o Farmácia Popular e Minha Casa, Minha Vida e reajustar o salário mínimo acima da inflação.

Em um desenho inicial feito pelo relator, o aumento do teto de gastos serviria para distribuir recursos para os orçamentos do Ministério da Saúde (R\$ 22,7 bilhões), Desenvolvimento Regional (R\$ 18,8 bilhões), Infraestrutura (R\$ 12,2 bilhões) e Educação (R\$ 10,8 bilhões), entre outros.

Por acordo entre líderes partidários, a Câmara desidratou a PEC da Gastança. Inicialmente, o governo tinha interesse em manter o aumento do teto de gastos autorizado por, no mínimo, quatro anos.

O Senado reduziu a validade da medida para dois anos. Na Câmara, o prazo foi encucado ainda mais, para um ano. Pelos termos do acordo, que deve ser mantido pelo Senado, o Congresso irá distribuir os R\$ 19,5 bilhões previstos para as emendas de relator em 2023 da seguinte forma: metade fica sob o controle dos parlamentares, engordando as emendas individuais, e a outra metade voltará para o Executivo, repartido o montante entre os ministérios.

Apesar da distribuição, lideranças do centro afirmaram à Folha, sob reserva, que os recursos que voltaram aos ministérios devem ser utilizados como moeda para negociações políticas.

Assim, a cúpula do Congresso conseguirá manter alguma influência sobre parte do valor realocado em articulação com os ministérios do governo eleito.

Ao longo de sua tramitação, a PEC da Gastança provocou reação negativa no mercado financeiro, com alta no dólar e nos juros futuros, sob o temor de um aumento exagerado dos gastos públicos.

A desidratação do texto, na terça, foi bem recebida pelos investidores. O dólar, que já tivera forte queda na terça, fechou esta quarta a R\$ 5,20.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 12